



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Mecias de Jesus

REQUERIMENTO Nº DE

Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado da Previdência Social, Wolney Queiroz Maciel, informações sobre fraudes na concessão de benefícios previdenciários investigadas pela Operação Ataktos, no âmbito do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), notadamente na concessão irregular do Benefício de Prestação Continuada (BPC/Loas).

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal e do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado da Previdência Social, Wolney Queiroz Maciel, informações sobre fraudes na concessão de benefícios previdenciários investigadas pela Operação Ataktos, no âmbito do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), notadamente na concessão irregular do Benefício de Prestação Continuada (BPC/Loas).

Nesses termos, requisita-se:

1. Quantos benefícios com indícios de fraude foram identificados até o momento no âmbito da Operação Ataktos?
2. Qual o valor total de prejuízo estimado aos cofres da Previdência Social em razão das fraudes investigadas?



3. Quais benefícios previdenciários e assistenciais estão sob apuração, além do BPC/Loas?
4. Quais servidores públicos, lotados no INSS, estão sendo formalmente investigados ou foram afastados de suas funções administrativas por envolvimento direto ou indireto nas fraudes?
5. Foram instaurados procedimentos administrativos disciplinares, sindicâncias ou auditorias internas em razão dos fatos apurados?
6. Há auditorias em curso para revisão dos benefícios concedidos em Roraima, especialmente nos casos de concessões a imigrantes?
7. Quais ações estruturais e sistêmicas estão sendo adotadas para aprimorar os mecanismos de controle e de validação documental, evitando novas fraudes, especialmente em contextos migratórios?

JUSTIFICAÇÃO

A deflagração da Operação Ataktos revela uma atuação sofisticada de organização criminosa, envolvendo agentes públicos e privados, para desviar recursos públicos e explorar brechas no sistema previdenciário brasileiro. A fragilidade da verificação documental e da validação das condições legais para o recebimento do BPC/Loas tem se mostrado um fator crítico, especialmente em áreas de alta pressão migratória, como o Estado de Roraima.

Não bastasse o absurdo já identificado em escândalos anteriores envolvendo descontos indevidos nos benefícios de aposentados e pensionistas, muitos dos quais vulneráveis e desassistidos, o país se depara, agora, com mais um episódio alarmante: a utilização da estrutura estatal, por meio da concessão fraudulenta de benefícios a imigrantes, para promover o desvio de recursos da Previdência Social.



O envolvimento de servidores públicos e intermediários em esquemas criminosos revela não apenas falhas administrativas, mas a infiltração de práticas estruturadas que corroem a credibilidade do sistema previdenciário brasileiro. A cada nova operação policial, evidencia-se que o Governo Federal precisa agir com urgência para proteger a integridade do INSS e preservar o equilíbrio financeiro do regime, sob pena de colocar em risco a própria sustentabilidade do sistema de proteção social do país.

Segundo as informações divulgadas pela Polícia Federal e pela imprensa local, o esquema envolveria servidores públicos, advogados e atravessadores que fraudavam a documentação para permitir a concessão indevida de benefícios assistenciais a imigrantes venezuelanos. Estima-se que o prejuízo ultrapasse R\$ 9 milhões. Trata-se de mais um episódio que evidencia a fragilidade dos sistemas de controle da Previdência Social, especialmente em regiões de fronteira e em contextos migratórios complexos. É dever do Congresso Nacional apurar, fiscalizar e garantir que medidas corretivas e preventivas estejam sendo implementadas com urgência e rigor técnico.

O BPC, por sua natureza assistencial, exige critérios objetivos e rigor na análise de documentação. Quando há manipulação deliberada desses processos, com conivência de servidores, o dano não é apenas financeiro — afeta a credibilidade do sistema, prejudica a população vulnerável e compromete a imagem da administração pública. É indispensável que o Ministério da Previdência Social atue com transparência, integridade e controle técnico, prestando contas ao Parlamento e à sociedade.

Ante o exposto, o presente requerimento tem por objetivo obter informações acerca das situações supramencionadas.

Sala das Sessões, 10 de junho de 2025.

Senador Mecias de Jesus
(REPUBLICANOS - RR)

